



Vice-Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva



(Acervo: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha)

Filiação:

Álvaro Alberto da Silva
Maria Teixeira da Motta e Silva

Data de Nascimento:

22 de abril de 1889.

Naturalidade:

Rio de Janeiro.

Carreira:

Aspirante a Guarda-Marinha:	11 de abril de 1906
Guarda-Marinha:	12 de janeiro de 1909
Segundo-Tenente:	06 janeiro de 1910
Primeiro-Tenente:	25 de março de 1914
Capitão-Tenente:	30 novembro de 1921
Capitão de Corveta:	05 de julho de 1932
Capitão de Fragata:	12 de agosto de 1937
Capitão de Mar e Guerra:	04 de novembro de 1942
Contra-Almirante:	05 de junho de 1952



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



Vice-Almirante:	22 de março de 1954
<u>Transferência para a reserva:</u>	4 de novembro de 1942
<u>Reforma:</u>	22 de março de 1954
<u>Falecimento:</u>	31 de janeiro de 1976

Comissões

Encouraçado *Riachuelo*;
Encouraçado *Deodoro*;
Encouraçado *Floriano*;
Vapor *Carlos Gomes*;
Vapor *Comandante Freitas*;
Navio-Escola *Primeiro de Março*;
Navio-Escola *Benjamim Constant*;
Encouraçado *Minas Gerais*;
Contratorpedeiro *Alagoas*;
Escola Modelo de Aprendizes-Marinheiros do estado do Rio Grande do Norte;
Escola Naval;
Diretoria de Armamento da Marinha; e
Ministério da Marinha.

Outras funções:

Membro da Academia de Ciências;
Presidente Academia Brasileira de Ciências;
Membro da Sociedade Brasileira de Química;
Presidente da Sociedade Brasileira de Química;
Chefe da Comissão de Estudos de Explosivos “Alexandrinita”;
Professor Catedrático de Química na Escola Naval;
Chefe do Departamento de Ciências Físicas da Escola Naval;
Professor Catedrático da Classe “K” do Ministério da Marinha;
Membro Especial de Educação Técnica da Comissão de Planejamento Econômico;
Representante do Brasil na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas;
Membro da Subcomissão encarregada pela elaboração dos estatutos da Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas;
Presidente da Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas; e
Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq).

Medalhas e Condecorações

Medalha de Distinção de 2a Classe;
Medalha Militar de Ouro com passador de Platina;
Medalha de Ouro do Prêmio “Einstein” da Academia Brasileira de Ciências;



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



Medalha Guarda-Marinha Greenhalgh;
Prêmio Revista Marítima Brasileira;
Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito;
Grande Oficial da Ordem do Mérito Naval;
Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar;
Medalha Salvamento no Mar (1914 e 1916);
Mérito Cívico pelo Estado da Guanabara;
Jubileu de Prata da Radiodifusão (Ministério da Educação e Cultura: Medalha de Bronze);
Grande Oficial da Ordem do Mérito Educativo;
Medalha Carneiro Felipe (Comissão Nacional de Energia Nuclear);
Medalha “25º aniversário do Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil”;

Tempo de serviço: 47 anos, 11 meses e 11 dias.

Ingressou na Escola Naval (EN) em 1906, onde concluiu o curso de formação de Oficiais do Corpo da Armada, ao final do ano de 1909, com o melhor aproveitamento entre os demais Aspirantes de sua turma. Conquistando assim a Medalha Guarda-Marinha Greenhalgh, destinada a premiar o aluno que tenha se destacando entre os demais por sua conduta e o mais alto índice de rendimento nos estudos.

Formado Oficial e promovido ao posto de Segundo-Tenente, em janeiro de 1910, teve como primeira comissão o Encouraçado *Deodoro*, onde embarcou no dia 11 do mesmo mês e fez-se ao mar com a Esquadra logo no dia 17. Ainda nesse ano embarcou nos seguintes navios: Escola *Primeiro de Março*, Vapor *Carlos Gomes*, Escola *Benjamin Constant* e, finalmente, no Encouraçado *Minas Gerais*. Nesse último, quando em serviço de Oficial de Quarto, na noite de 23 de novembro, foi ferido por ocasião do levante de marinheiros ocorrido a bordo, no contexto do motim conhecido como “Revolta da Chibata”. Por sua atuação durante esse evento, foi nominalmente elogiado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, conforme Ordem do Dia nº55, de 10 de março de 1911, e Aviso do Ministério da Marinha nº1095, de 5 de março de 1911.

No segundo ano, após ter concluído o curso na EN, passou a estudar, de modo sistemático, química e física, ingressando na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde foi graduado Físico. Foi também reconhecido como Engenheiro Geógrafo pela EN, nos termos do Decreto nº2.835, de 24 de dezembro de 1913. Alcançou a pós-graduação, na *École Centrale Technique*, em Bruxelas, passando a dedicar seus estudos ao desenvolvimento de explosivos.

Em 1916, por força do Decreto nº1.446, de 12 de abril desse ano, ingressou no Quadro de Magistério da Marinha como docente na cadeira de “Química e Explosivos” da Escola Naval, sendo então transferido para o Quadro Suplementar de Oficiais. Nos dias 7 e 8 de novembro de 1917, destacou-se em comissão a bordo do Rebocador *Canoca*, ocasião em que buscou náufragos de um Vapor sossobrado nas proximidades da Ilha de Jorge Grego, conforme elogio em Ordem do Dia nº273, do Estado-Maior da Armada (EMA), de 21



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



de novembro de 1917. Ainda no dia 20 desse mês, por ordem do Ministro da Marinha, foi destacado para servir na Diretoria de Armamento da Marinha, encarregado de prosseguir seus estudos referentes aos explosivos e suas aplicações militares, especialmente aquele denominado “Rupturita”, de sua invenção. Permaneceu servindo nessa Diretoria até junho de 1919, quando interrompeu o destaque em decorrência de suas atribuições enquanto docente na EN, em cujo laboratório prosseguiu com as pesquisas desenvolvidas até então na Diretoria de Armamento. Em 10 de janeiro de 1920, retornou à Diretoria de Armamento a fim de concluir os referidos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento de explosivos. Cabe destacar que durante esse tempo em que esteve destacado, o Primeiro-Tenente Álvaro Alberto da Motta e Silva recebeu vencimentos de campanha referentes ao período de 1º de janeiro a 14 de novembro de 1918, no quadro da Primeira Guerra Mundial.

Em 1921, foi admitido na Academia Brasileira de Ciências, tornando-se um de seus mais ativos membros durante mais de três décadas, tendo publicado 32 artigos científicos na revista da Academia e exercido o cargo de seu presidente nos períodos de 1935 a 1937 e 1949 a 1951. Exerceu também a presidência da Sociedade Brasileira de Química, no período de 1920 a 1928.

Foi transferido para o Quadro Extraordinário de Oficiais da Marinha, no posto de Capitão-Tenente, em decorrência das funções de docente que exercia na EN, conforme Ordem do Dia nº12 do EMA, de 1º de fevereiro de 1923. Tornou-se catedrático do Departamento de Física e Química da Escola Naval, onde incluiu o estudo da física nuclear no currículo daquela Escola, em 1939, já no posto de Capitão de Fragata. Nesse mesmo ano, recebendo o reconhecimento de seus pares na comunidade científica, foi outorgado com o Prêmio Einstein, da Academia Brasileira de Ciências.

Em novembro de 1942, foi transferido para a Reserva Remunerada da Marinha, no posto de Capitão de Mar e Guerra, pelo Decreto nº1474- “T”, de 4 de novembro de 1942, em conformidade com o art. 3º §3º, art. 11 §1º, art. 13 e parágrafo único do Decreto-Lei nº 4.532, de 30 de julho de 1942, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº38 letra “Q”, de 17 do mesmo mês.

Em 1946, quando exercia as funções de Adjunto do Adido Naval em Washington, Estados Unidos da América (EUA), tomou parte como representante do Brasil nas reuniões preparatórias e na sessão de abertura dos trabalhos da Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas (ONU), integrando ainda, a partir de 14 de junho, a subcomissão encarregada de elaborar seus estatutos. Ocupou a presidência do recém-criado órgão da ONU durante o período de 14 de julho a 14 de agosto desse ano. Nessa Comissão, associou-se aos representantes russos na rejeição às propostas no Plano *Baruch*, em que os representantes dos EUA pressionavam para controlar as reservas mundiais de tório e urânio. Buscou também estabelecer intercâmbios entre professores, técnicos e alunos nas pesquisas da área nuclear, incluindo o planejamento de



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



um curso preliminar para os oficiais da Marinha, que pretendessem estudar armamento nuclear nos Estados Unidos.

Em 1948, por força da Lei nº286, de 5 de junho desse ano, lhe foram concedidas honras do posto de Contra-Almirante em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à Marinha e ao Brasil. Nesse sentido, por ter alcançado precedência hierárquica superior ao Superintendente de Ensino e ao Vice-Diretor da EN – ambos Capitães de Mar e Guerra da ativa – foi posto em disponibilidade remunerada por força do Decreto nº 1275- “H”, de 27 de junho de 1949, publicado no Boletim do Ministério da Marinha nº27 letra “T”, de 8 de julho de 1949. Sendo então desligado para o Serviço da Reserva Naval, em 28 de fevereiro de 1950.

Ainda em 1949, quando novamente ocupava a presidência da Academia Brasileira de Ciências, propôs ao governo a criação de um Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, concretizada pela Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Foi nomeado como seu primeiro presidente, cargo no qual permaneceu até 1955.

Foi reformado compulsoriamente, considerado na inatividade do Magistério Superior da Marinha e promovido ao posto de Contra-Almirante, por força do Decreto nº703-Z-32, de 22 de março de 1954, nos termos do art. 1º da Lei nº1.156, de 12 de julho de 1950 (Lei de Guerra). E, por Decreto Presidencial de 2 de março de 1955, publicado na página 10 da Seção 1 do Diário Oficial da União de 7 de março de 1955, foi promovido ao posto de Vice-Almirante.

Durante mais de 30 anos, desempenhou atividades no magistério sem abandonar suas pesquisas, especialmente na área de explosivos e, também, com estudos mais aprofundados na área de energia nuclear. Respeitado no meio acadêmico, sempre defendeu que o desenvolvimento científico e tecnológico estava intimamente ligado com a prosperidade do País. E, acreditando nisso, deu início a uma nova era na pesquisa científica do País, com a criação do CNPq, cujo principal objetivo, na época e que perdura até hoje, é investir no potencial humano.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de janeiro de 1976 – conforme Certidão de Óbito nº 190 do Livro nº 190, fls 317 da 5ª Circunscrição da Cidade do Rio de Janeiro – e, como homenagem, seu nome foi atribuído ao complexo de produção de energia nuclear, situado na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis-RJ – Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto.

Atualmente, o CNPq, dentre importantes prêmios, tem destaque o prêmio Almirante Álvaro Alberto, sendo que seu diferencial é o fato de não aceitar inscrições: o premiado é escolhido entre pesquisadores indicados.



Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha



Também, em sua homenagem foi instituída a Medalha Álvaro Alberto do Mérito Científico e Tecnológico, mais alta condecoração nacional na área de ciência e tecnologia conferida anualmente pelo Presidente da República.